# INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

JOYCE SANTOS DE SOUZA FERREIRA

RESUMO
Este artigo discute a inclusão de alunos com necessidades especiais como um direito garantido e um compromisso ético e pedagógico da escola regular. A ideia central desse artigo é defender a ideia de inclusão humanizada, pois não basta garantir o acesso do aluno na classe regular; é de suma importância lhe assegurar participação ativa, uma aprendizagem de qualidade para garantir seu pleno desenvolvimento. A inclusão tem como objetivo respeitar os ritmos e singularidades de cada aluno, é dever da escola acolher todos os estudantes, reconhecendo a diversidade como parte natural do processo educativo. Pois baseado nos autores o desenvolvimento ocorre nas interações sociais, portanto a convivência e a cooperação são elementos essências para que a inclusão aconteça realmente. Para isso, a escola deve rever suas práticas, adotando assim metodologias flexíveis e diferenciadas. A inclusão vai além de aspecto pedagógico, ela fortalece valores humanos, pois compreende-se que a mesma é um ato de acolhimento e humanização.
PALAVRAS-CHAVE: BNCC; Desenvolvimento; Aprendizagem; Inclusão.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo compreende que a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular é um direito assegurado pela legislação brasileira e não pode ser entendida como uma escolha da instituição ou dos profissionais da educação. A inclusão trata-se de um compromisso ético, pedagógico e humano, que tem como objetivo propiciar a todos o acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas singularidades, ritmos e potencialidades. Mas cabe salientar que a presença física do estudante na sala de aula não é suficiente; faz-se necessário garantir condições reais de participação, aprendizagem, desenvolvimento e convivência para todos os alunos matriculados.

Nessa perspectiva de pensamento, Mantoan ressalta que a escola inclusiva deve acolher todos os alunos, independentemente de suas particularidades, pois cada indivíduo tem o direito de acessar o ensino regular e aprender junto aos demais, ainda que apresente ritmos e estilos de aprendizagem diferentes. Dessa forma, a diversidade é compreendida como uma característica inerente ao ser humano e, por isso, precisa ser reconhecida, valorizada e respeitada no ambiente escolar.

E a partir da perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, entende-se que o desenvolvimento humano só acontece a partir das interações sociais, das trocas simbólicas e das experiências compartilhadas. Nesse sentido, compreende-se que a inclusão vai além da simples inserção física do aluno na sala de aula, pois exige que esse aluno de fato seja protagonista, participe ativamente das atividades escolares, interagindo com colegas, construindo conhecimentos e desenvolvendo habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Vale ressaltar que nessa perspectiva, a convivência e a cooperação são elementos de suma importância capazes de promover o sentimento de pertencimento e potencializar o desenvolvimento de todos os alunos, principalmente dos estudantes com deficiência.

Para que a inclusão aconteça de forma efetiva, é de suma importância que a escola reveja seu plano de ensino, bem como suas práticas pedagógicas e organizacionais, adotando posturas mais flexíveis, criativas e, sobretudo, acolhedoras. A efetivação desse processo exige uma dedicação pro parte da escola, pois deve garantir a diversificação das metodologias de ensino, a adaptação curricular que considere as peculiaridades de cada aluno, o uso de recursos acessíveis e uma avaliação contínua que compreenda as necessidades individuais dos estudantes. Nesse contexto, Perrenoud enfatiza que diferenciar o ensino significa ajustar a pedagogia às peculiaridades dos alunos, e não tentar a todo custo moldar os alunos a uma pedagogia tradicional e rígida. Pois a prática docente deve reconhecer e valorizar a subjetividade dos alunos, ou seja, os ritmos, os

modos de aprender e as especificidades de cada sujeito, garantindo assim uma educação mais justa, inclusiva e verdadeiramente significativa para os mesmos.

O presente artigo evidencia que o papel da escola regular é de assegurar não apenas o acesso do aluno, mas principalmente sua a permanência e a garantia do sucesso escolar de todos os estudantes matriculados, incluindo aqueles com deficiência. Neste sentido, Libâneo reafirma que a instituição escolar deve constituir-se como um espaço de garantia de direitos, onde os estudantes terão uma participação ativa e de construção coletiva do conhecimento, para que todos os envolvidos se sintam reconhecidos, respeitados e pertencentes ao ambiente.

Além do aspecto pedagógico, a inclusão dos estudantes com necessidades especiais no ensino regular fortalece os valores humanos essenciais. Quando a educação é compreendida como uma prática de acolhimento e respeito, capaz de reconhecer cada indivíduo como sujeito de aprendizagem e de transformação social; promove empatia, solidariedade e cooperação, contribuindo para a formação ética e cidadã dos estudantes.

Quando as necessidades dos estudantes são devidamente atendidas no ensino regular, a inclusão escolar deixa de ser apenas um desafio administrativo ou pedagógico e passa a se configurar como uma oportunidade de qualificar o ensino, ampliar sua oferta e reinventar práticas. Dessa forma, a escola torna-se mais democrática, igualitária e comprometida com a formação integral de todos os envolvidos, conforme destaca Mantoan, incluir significa transformar a escola em um espaço verdadeiramente aberto a todos, capaz de reconhecer e acolher as especificidades de cada sujeito

## ESCOLA PARA TODOS: INCLUSÃO, DIGNIDADE HUMANA E IGUALDADE NO ENSINO REGULAR

A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular é um direito garantido por lei e, não é uma escolha da escola ou dos professores. Além disso, a inclusão deve ser tratada com um compromisso ético e pedagógico, assegurando a todos o acesso à educação de qualidade. Este acesso com respeito às suas singularidades e potencialidades. Não se trata apenas de colocar o aluno na sala de aula, é de suma importância garantir condições reais para sua participação, aprendizagem, desenvolvimento e convivência. É função da escola garantir que o aluno de inclusão realmente participe, aprenda, se desenvolva e conviva de forma significativa com os demais. Segundo Mantoan (2003), uma escola inclusiva “não seleciona, não exclui ninguém, pois considera que todos têm o direito de aprender juntos, mesmo que em ritmos e formas diferentes”. Diante do exposto, a escola inclusiva não tem o poder de escolher quem pode estudar lá. A mesma não deve exclui nenhum aluno, inclusive aqueles que aprendem de forma diferente, como alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. A escola deve reconhecer que a diversidade como característica natural do ser humano e, portanto, deve ser respeitada e valorizada no ambiente escolar.

Vygotsky (1997) enfatiza que o desenvolvimento humano não se limita a fatores biológicos, mas é constituído, de forma essencial, pelas interações sociais e pelas trocas estabelecidas entre os sujeitos nos diferentes contextos em que estão inseridos. Nesse sentido, o autor afirma: É por meio da interação social que as funções mentais superiores se desenvolvem. (VYGOTSKY, 1997, p. 57).

Essa perspectiva de pensamento elucida que a aprendizagem sucede mediante a mediação de outros indivíduos, principalmente no ambiente escolar. Portanto, a inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns vai muito além de simplesmente colocá-los no mesmo espaço físico que os demais alunos. Essa inclusão deve garantir que esses estudantes possam realmente participar ativamente das propostas escolares, compartilhando ideias, aprendendo com os colegas e desenvolvendo habilidades por meio da convivência diária. Vale salientar que esse processo de troca, cooperação e interação social é de suma importância para garantir o desenvolvimento acadêmico, emocional e

social dos alunos com deficiência, para que se sintam realmente pertencentes ao grupo e tenham oportunidades reais de aprendizagem. Corroborando essa ideia, Vygotsky enfatiza:

"O aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e com seus companheiros." (VYGOTSKY, 1997, p. 101).

A escola inclusiva torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, ao promover interações significativas e favorecer a construção do conhecimento por meio da mediação pedagógica. Dessa maneira, a aprendizagem ocorre de forma mais positiva quando a criança interage com outras pessoas, pois é sabido que são nessas trocas que os processos internos de desenvolvimento são devidamente ativados. A escola inclusiva então desempenha um papel central, a de propiciar oportunidades de convivência e cooperação entre todos os alunos, com e sem deficiência. Pois, quando orientadas por objetivos claros e acompanhadas da mediação pedagógica do professor, essas interações tornam-se extremamente significativas e potentes, favorecendo não apenas a construção do conhecimento, mas também o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de cada estudante.

Para que a inclusão aconteça de forma efetiva, é de extrema importância que a escola reveja e reformule suas práticas pedagógicas e organizacionais, tornando-as mais flexíveis, acolhedoras e criativas. Isso demanda dedicação e estudo do caso para adaptar metodologias, diversificar estratégias de ensino, reconhecer as necessidades individuais dos estudantes e promover um ambiente que respeite e valorize as diferenças, garantindo, portanto, as condições reais para que todos aprendam e participem plenamente do cotidiano escolar. Perrenoud (2000) destaca a importância de "diferenciar o ensino", afirmando que ensinar a todos é adaptar a pedagogia às necessidades dos alunos; e não tentar adaptar os alunos a uma pedagogia padronizada. Portanto, para ensinar a todos faz-se necessário ajustar a prática pedagógica às necessidades específicas de cada aluno, e não tentar moldar os alunos a uma pedagogia rígida e padronizada. Essa perspectiva demanda a utilização de estratégias didáticas diversificadas, uso de recursos didáticos acessíveis, e propostas de atividades que contemplem diferentes níveis de complexidade e uma avaliação contínua e formativa. Ao considerar as especificidades dos estudantes, bem como os ritmos, estilos e modos de aprendizagem de cada um, o professor cria condições reais para que todos avancem no seu tempo, propiciando uma educação mais justa, inclusiva e significativa.

Diante do exposto, entende-se que o papel fundamental da escola regular é assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, inclusive daqueles com deficiência. Nesse sentido, salienta-se a necessidade de que a instituição escolar se constitua como um potente espaço de participação ativa e de construção coletiva do conhecimento, no qual todos os alunos se sintam pertencentes, reconhecidos e respeitados.

"O papel da escola é garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, inclusive daqueles com deficiência. A escola precisa ser um espaço de participação e construção coletiva do conhecimento, em que os alunos se sintam pertencentes, reconhecidos e respeitados." (LIBÂNEO, 2013).

Além do aspecto pedagógico, a inclusão fortalece profundamente os valores humanos. É de suma importância que a educação seja compreendida como um ato de amor e acolhimento, deve possibilitar que todos se reconheçam como sujeitos capazes de aprender e transformar a realidade. Nesse cenário, a inclusão assume um caráter profundamente humanizador, e deve estimular atitudes de empatia, respeito, solidariedade e colaboração entre os estudantes, para que todos se tornem cidadãos éticos, responsáveis e preparados para participar da vida em

sociedade.

"A educação deve ser um ato de amor e acolhimento, em que todos se reconheçam como sujeitos capazes de aprender e transformar a realidade. Nesse sentido, a inclusão é também uma prática de humanização, pois promove empatia, respeito, solidariedade e cooperação entre os alunos, preparando-os para viver em sociedade de forma ética e cidadã." (FREIRE, 1996).

Portanto, a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular não é apenas um desafio educacional, é principalmente uma oportunidade de reinventar a escola, tornando-a mais justa, democrática e comprometida com a formação integral de todos. Como afirma Mantoan (2015), "incluir é transformar a escola para todos", e essa transformação só acontece de fato quando reconhecemos as especificidades de cada aluno.

## INCLUSÃO NA BNCC: PRINCÍPIOS, DIREITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto documento normativo que orienta a educação brasileira, reafirma o compromisso de garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, valorizando a diversidade humana e reconhecendo que cada sujeito aprende de maneiras diferentes. A BNCC deixa claro que a escola deve assumir práticas pedagógicas que respeitem e acolham as singularidades, assegurando que cada aluno tenha oportunidades reais de participação e desenvolvimento. Nesse sentido, o documento afirma que a educação deve promover "equidade, garantindo a todos o direito de aprender, respeitando as diferenças e necessidades individuais" (BNCC, 2017, p. 14).

A Base Nacional Comum Curricular reconhece a inclusão como princípio fundamental, o documento orienta que o currículo escolar seja construído com os colegiados da instituição, de maneira flexível, permitindo adaptações metodológicas, adequação de materiais, acessibilidade e diferentes formas de avaliação. Portanto cabe à escola organizar o trabalho pedagógico para que todos os estudantes com ou sem deficiência tenham seus direitos garantidos, e possam participar de forma ativa, interagir, construir conhecimentos e desenvolver suas potencialidades. Nessa perspectiva, a BNCC salienta que "todos os alunos têm direito às aprendizagens essenciais, cabendo às escolas criar condições para que elas ocorram" (BNCC, 2017, p. 16).

Além disso, a BNCC enfatiza que a inclusão está totalmente associada a um compromisso ético, social e humano com a sociedade. As competências gerais presentes na BNCC intensificam os valores como empatia, responsabilidade, respeito às diferenças e colaboração, visto que os mesmos são fundamentais para formar sujeitos conscientes, capazes de dialogar com a diversidade e atuar de forma cidadã. A inclusão não deve ser vista somente como algo que a escola é obrigada a fazer porque está na lei. Ela deve ser compreendida como parte fundamental da educação de todos os alunos. Ou seja, incluir não é apenas cumprir regras, mas é garantir que cada estudante usufrua do seu direito de se desenvolve plenamente. Trata-se de garantir sua participação efetiva, seu protagonismo e sua aprendizagem significativa.

Diante do exposto, a BNCC orienta a prática pedagógica e convida a escola a assumir, de fato, o compromisso de promover uma educação inclusiva, democrática e humanizadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a inclusão escolar não é apenas um requisito burocrático e legal, mas sim um compromisso ético e pedagógico que garante o direito de todos à aprendizagem e ao desenvolvimento integral. Propiciar a inclusão é de fato reconhecer as singularidades, valorizar a diversidade e assegurar condições reais de participação, convivência e progresso acadêmico aos estudantes com deficiência.

As contribuições de Mantoan, Vygotsky, Libâneo e Perrenoud embasam esse artigo e evidenciam que a escola inclusiva precisa transformar suas práticas, flexibilizar seu currículo e promover interações significativas para que todos os estudantes te-

nham seus direitos garantidos. A BNCC vem reforçar esse compromisso ao afirmar a equidade, o respeito às diferenças e o direito de aprender como princípios fundamentais da educação.

Portanto, a inclusão assume o papel de promover uma oportunidade de qualificar o ensino e tornar a escola verdadeiramente democrática, humanizadora e aberta à diversidade. Sua missão é assegurar que a instituição escolar atenda a todos, garantindo participação, pertencimento e aprendizagem. E, essa transformação é de suma importância para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com a dignidade humana.

REFERÊNCIAS


- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.